

LIDO NA SESSÃO DO
DIA 03/08/04



1ª Secretaria
Expediente
Em: 02.08.04

GOVERNO DE RORAIMA
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 45 DE 29 DE JULHO DE 2004.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA E EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS ESTADUAIS,

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do § 1º do art. 43 da Constituição Estadual, decidi **vetar parcialmente** o Projeto de Lei nº 030/2004 que versa "sobre a defesa sanitária animal e dá outras providências", aprovado na Sessão Plenária do dia 12 de julho de 2004, conforme explicitado nas razões que seguem:

RAZÕES DO VETO

O Projeto de Lei, em epígrafe, afigura-se contrário ao interesse público, *no teor dos seus artigos 35 a 51 e parágrafo único do artigo 52*, todos referentes a emendas parlamentares, tratando a respeito da defesa sanitária vegetal.

Assim, por se tratar de matéria eminentemente técnica, necessita de cuidadoso acompanhamento especializado, no âmbito do Poder Executivo, para que, a elaboração de suas normas, não sejam comprometidas na sua aplicação prática.

De igual modo, *os termos do parágrafo único do art. 32*, não condizem com o ordenamento jurídico pátrio, no atinente à transferência de valor de natureza tributária, neste caso, taxa de poder de polícia, a entidade de caráter privado.

Ademais, tanto a *ementa* quanto as *disposições preliminares*, do Projeto de Lei, não fizeram referência, em nenhum momento, a inclusão da parte dispositiva que trata da defesa sanitária vegetal.

Diante dos fundamentos de ordem jurídico-constitucional, acima firmados, resolvi **vetar parcialmente** o Projeto de Lei nº 030/2004 que versa "sobre a defesa sanitária animal e dá outras providências", excluindo o parágrafo único do artigo 32, por colidir-se com Lei Tributária Nacional, bem como os artigos 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51 e o parágrafo único do artigo 52, por não atender o princípio do interesse público.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 29 de julho de 2004.

FRANCISCO FLAMARION PORTELA
Governador do Estado de Roraima



LIDO NA SESSÃO DO
 DIA 06 DE 05 DE 04
 [Handwritten scribbles]

GOVERNO DE RORAIMA
 "AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

PROJETO DE LEI Nº 030 DE 04 DE Maio DE 2004

Dispõe sobre a Defesa Sanitária Animal no Estado de Roraima e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA,

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituída no Estado de Roraima a Defesa Sanitária Animal.

§ 1º É competência da Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SEAAB, planejar, executar, coordenar, articular com outros setores, avaliar e supervisionar as políticas de Defesa Sanitária Animal através de programas gerais e especiais, fiscalização de animais, seus produtos e subprodutos de origem animal, da comercialização de produtos de uso veterinário e insumos pecuários e outras atividades que lhe forem conferidas no Estado de Roraima, visando à promoção e proteção da saúde animal, bem como a proteção ambiental, objetivando a valorização da produção animal e da saúde pública;

§ 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por Defesa Sanitária Animal o conjunto de ações básicas de proteção dos rebanhos contra introdução de doenças já erradicadas ou exóticas, impedindo a propagação, no Estado de Roraima, através de medidas técnicas de controle e/ou erradicação;

§ 3º A Secretaria de Agricultura e Abastecimento estabelecerá os procedimentos, as práticas, as proibições, bem como, as fiscalizações necessárias à promoção e proteção da saúde animal, através de medidas de controle e/ou erradicação de doenças, estando prevista a eliminação ou não de animais;

§ 4º A Secretaria de Agricultura e Abastecimento poderá firmar convênios com instituições públicas ou privadas, que possibilitem atualização e capacitação de seu quadro técnico-administrativo, a realização de eventos culturais, a participação em projetos de pesquisas, o aperfeiçoamento tecnológico e a arrecadação de fundos para a realização de quaisquer atividades de Defesa Sanitária Animal



GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio Ararió Héro Campos - Praça do Centro Cívico - Centro - Boa Vista - Roraima - Brasil - CEP 69.301-90
 Tel.: (68) 423 1663 - 423 1219 - 423 1410 - Fax: (68) 423 2417
 e-mail: g3@roraima.gov.br

[Handwritten signature]

11-40 05/05/2004 08:00:03

das no
 as
 as
 CEP 69 301 90



GOVERNO DE RORAIMA
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

Art. 2º A Defesa Sanitária Animal no Estado será desenvolvida através de programas específicos elaborados para cada tipo ou grupo de doenças dos animais, em consonância com as diretrizes e normas legais instituídas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – M.A.P.A., e de acordo com os interesses do Estado.

Parágrafo único. Entende-se por doença dos animais todas as enfermidades transmissíveis e não transmissíveis e as infestações e infecções parasitárias, que prejudiquem a produção e produtividade da pecuária ou coloquem em risco a saúde pública ou o meio ambiente.

CAPÍTULO II **DA FISCALIZAÇÃO E DAS PROIBIÇÕES**

Art. 3º Compete à Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SEAAB, apoiada em análise da situação epidemiológica, apresentada pelo Departamento de Defesa Agropecuária - DEDAG, estabelecer em âmbito Estadual ou Regional, programas e normas específicas de prevenção, controle e/ou erradicação de doenças nos animais, que ameacem a economia do Estado, a saúde animal e a saúde pública, bem como, a normatização, elaboração, execução e fiscalização, observando-se as normas Federal e Estadual, sobre as atividades relativas aos trabalhos de Defesa Sanitária Animal.

Art. 4º Para o desempenho das atribuições conferidas na presente Lei, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento poderá:

§ 1º Promover o controle e/ou erradicação de doenças prevalentes, que serão efetuadas de forma progressiva e orientadas de acordo com a situação epidemiológica, com as prioridades para doenças transmissíveis de maior significado econômico e sanitário;

§ 2º Poderá criar outros programas de controle e erradicação de doenças ou estabelecer medidas gerais de vigilância epidemiológica pautados em normas de saúde animal e proteção do meio ambiente;

§ 3º Quando da ocorrência de zoonoses em animais de produção e que sejam de interesse da saúde pública, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento colaborará, notificando-as imediatamente à Secretaria de Saúde, devendo, para esse caso, ambas as Secretarias estabelecer, em cooperação, normas apropriadas;

§ 4º Quando da ocorrência de doenças exóticas que tenham sido introduzidas no Estado de Roraima, deverão ser imediatamente instituídas, as seguintes ações:


GOVERNO DE RORAIMA

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio Governador Teófilo Campos, Avenida do Centenário, s/nº, Centro, Boa Vista, Roraima, Brasil - CEP 69.000-000.
Telefones: (067) 231.1443 - 231.1412 - 231.1410 - Fax: (067) 231.2410
E-mail: gabinete@roraima.gov.br



GOVERNO DE RORAIMA
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

- a) interdição de estabelecimentos públicos ou privados;
- b) proibição da movimentação de animais, seus produtos e subprodutos;
- c) proibição da concentração de animais, na zona de emergência, entendendo esta como sendo as zonas focais, perifocais e tampão;
- d) sacrifício ou abate sanitário;
- e) desinfecção de instalações, veículos e equipamentos; e
- f) adoção de medidas necessárias ao controle zoossanitário para retornar à situação sanitária anterior.

§ 5º Para efeito desta Lei, serão consideradas as seguintes medidas de Defesa Sanitária Animal:

- I - medidas gerais de proteção da saúde;
- II - medidas específicas de proteção da saúde;
- III - medidas de vigilância epidemiológica para o diagnóstico precoce de doenças; e
- IV - medidas especiais de proteção a saúde.

Art. 5º O proprietário dos animais atingidos deverá provar ter cumprido com todas as medidas de Defesa Sanitária Animal pré-estabelecidas e instituídas dentro do Estado, de acordo com o disposto no Regulamento desta Lei;

Art. 6º É obrigatória a aplicação das medidas de Defesa Sanitária Animal previstas nesta Lei, às doenças passíveis de isolamento ou quarentena, nos termos do Código Sanitário Internacional do Office International de Epizooties - O.I.E.

Parágrafo único. A regulamentação desta Lei inserirá a lista provisória de doenças de notificação obrigatória no Estado de Roraima, a qual deverá ser atualizada pela SEAAB, sempre que as condições sanitárias assim o indicarem.

CAPÍTULO III

MEDIDAS GERAIS E ESPECÍFICAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

1. 7º Considera-se Médico Veterinário Oficial, para efeito desta Lei, o profissional inscrito nos quadros da SEAAB, mediante concurso público, encarregado da Defesa Sanitária Animal.

8º A Secretaria de Agricultura e Abastecimento, através de seus servidores da Defesa Sanitária Animal, poderá requisitar força policial para o exercício das funções, sempre que julgar necessário.

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio Governador Melo Campos - Praça do Centro Cívico - Centro - Boa Vista - Roraima - Brasil - CEP 69.001-900
Tel.: (066) 423-3663-423-3212-423-3410 - Fax: (066) 423-2410
E-mail: gov.roraima@brasil.gov.br

Rev. 2/12/04 04/11/28/24



GOVERNO DE RORAIMA
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

Art. 9º A Secretaria de Agricultura e Abastecimento poderá, em situações emergenciais, sob sua coordenação e fiscalização, e em consonância com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – M.A.P.A., credenciar pessoas físicas ou jurídicas para o desempenho das atividades previstas nesta Lei.

Art. 10. Para efeito desta Lei, são consideradas as seguintes medidas gerais de Defesa Sanitária Animal:

- a) educação sanitária;
- b) recenseamento, identificação e avaliação dos animais;
- c) instalações adequadas para alojamento dos animais;
- d) sistema de registro de dados de saúde e de produtividade nas propriedades;
- e) alimentação;
- f) seleção genética;
- g) destino adequado dos dejetos, cadáveres, lixo e resíduos de animais;
- h) limpeza e desinfecção de objetos, instalações, veículos e equipamentos; e
- i) medidas defensivas e ofensivas para o controle de artrópodes, roedores e outros vetores.

Art. 11. Para efeito desta Lei, são consideradas as seguintes medidas específicas de proteção à saúde animal:

- a) imuno-profilaxia; e
- b) quimio-profilaxia

CAPÍTULO IV **DAS MEDIDAS ESPECIAIS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL**

Art. 12. As medidas de caráter especial ou excepcional, relativas à profilaxia de cada doença transmissível, serão estabelecidas pela SEAAB, nos limites da presente Lei.

Art. 13. Visando à salvaguarda dos rebanhos no território roraimense, o Secretário de Agricultura, ouvindo o Departamento de Defesa Agropecuária - DEDAG., poderá estabelecer programas específicos de controle e/ou erradicação de doenças, instituindo a obrigatoriedade de vacinação, de realização de testes para diagnóstico e de tratamento, sempre que a situação epidemiológica reinante assim o exigir.

§ 1º As vacinações, testes para diagnóstico e tratamentos previstos neste Artigo, serão realizados e custeados pelo proprietário dos animais e sua efetivação será registrada na SEAAB, consoante o disposto no Regulamento desta Lei.



GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio Leuzler Melo Campos - Avenida do Distrito Único - Centro - Boa Vista - Roraima - Brasil - CEP 69.000-000
Tel.: (91) 423 1463 / 423 1219 / 423 1461 / Fax: (91) 423 04 11
Site: www.roraima.gov.br



GOVERNO DE RORAIMA
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

§ 2º Quando o proprietário deixar de cumprir quaisquer dos procedimentos objetos deste Artigo, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento o fará compulsoriamente, arcando o proprietário com as despesas decorrentes de sua realização, sem prejuízo das penalidades eventualmente imputadas.

CAPÍTULO V

DAS MEDIDAS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Art. 14. Serão consideradas medidas de vigilância epidemiológica para o diagnóstico precoce de doenças, e que resultará numa pronta ação profilática, consoante o disposto no Regulamento desta Lei:

- a) serviço de informação;
- b) cadastro estadual de estabelecimentos pecuários;
- c) controle de trânsito de animais;
- d) os deveres dos proprietários de animais;
- e) os deveres dos transportadores de animais;
- f) as vacinações e os exames ou provas diagnósticas;
- g) os eventos agropecuários;
- h) a notificação e o atendimento a focos; e
- i) a interdição de áreas e propriedades.

Art. 15. Objetivando reduzir as oportunidades de propagação de doenças transmissíveis ao rebanho estadual, fica estabelecida a obrigatoriedade de documento zoossanitário para o trânsito intraestadual e interestadual de todas as espécies animais, incluindo peixes, seus produtos e subprodutos, seja por via terrestre, aérea ou fluvial, independentemente a quaisquer finalidades.

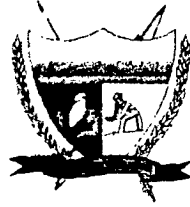
Parágrafo único. O Regulamento estabelecerá os requisitos para expedição da competente documentação zoossanitária para o trânsito de animais no Estado de Roraima.

Art. 16. A manipulação de agentes de doenças transmissíveis previstas nesta Lei e os procedimentos legais complementares, para fins de experimentação ou de qualquer outra finalidade, poderá ser autorizada pela SEAAB, para instituições que comprovarem as devidas condições de biossegurança de suas instalações.

Art. 17. A SEAAB poderá negar ou cancelar registro das pessoas físicas ou jurídicas que não cumprirem esta Lei.

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio Ferreira Melo Campos - Praça do Centro Cívico - Centro - Boa Vista - Roraima - Brasil - CEP 69.000-000
Tel.: (096) 423 4663 - 423 4410 - 423 4411 - 423 4412 - 423 4413 - 423 4414 - 423 4415 - 423 4416 - 423 4417 - 423 4418 - 423 4419 - 423 4420 - 423 4421 - 423 4422 - 423 4423 - 423 4424 - 423 4425 - 423 4426 - 423 4427 - 423 4428 - 423 4429 - 423 4430 - 423 4431 - 423 4432 - 423 4433 - 423 4434 - 423 4435 - 423 4436 - 423 4437 - 423 4438 - 423 4439 - 423 4440 - 423 4441 - 423 4442 - 423 4443 - 423 4444 - 423 4445 - 423 4446 - 423 4447 - 423 4448 - 423 4449 - 423 4450 - 423 4451 - 423 4452 - 423 4453 - 423 4454 - 423 4455 - 423 4456 - 423 4457 - 423 4458 - 423 4459 - 423 4460 - 423 4461 - 423 4462 - 423 4463 - 423 4464 - 423 4465 - 423 4466 - 423 4467 - 423 4468 - 423 4469 - 423 4470 - 423 4471 - 423 4472 - 423 4473 - 423 4474 - 423 4475 - 423 4476 - 423 4477 - 423 4478 - 423 4479 - 423 4480 - 423 4481 - 423 4482 - 423 4483 - 423 4484 - 423 4485 - 423 4486 - 423 4487 - 423 4488 - 423 4489 - 423 4490 - 423 4491 - 423 4492 - 423 4493 - 423 4494 - 423 4495 - 423 4496 - 423 4497 - 423 4498 - 423 4499 - 423 4500



GOVERNO DE RORAIMA
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

CAPÍTULO VI **DOS DEVERES DOS ESTABELECIMENTOS DE ABATE DE ANIMAIS** **E RECEBIMENTO DE LEITE**

Art. 18. Os estabelecimentos destinados ao abate de animais só poderão receber aqueles devidamente acompanhados da Guia de Trânsito Animal – G.T.A., ou documento equivalente que porventura venha a substituí-la.

Art. 19. Os estabelecimentos que recebem leite "in natura" somente poderão fazê-lo de produtores que comprovem a vacinação do rebanho, ou exames e testes obrigatórios dos animais, contra doenças definidas de acordo com o disposto no Regulamento desta Lei.

CAPÍTULO VII **DOS CONSELHOS**

Art. 20. ~~Fica criado o Conselho Estadual de Saúde Animal – C.E.S.A., com caráter deliberativo e função normativa, composto dos seguintes membros:~~

- I - um representante indicado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SEAAB;
- II - um representante indicado pela Delegacia Federal da Agricultura – DFA/RR;
- III - um representante indicado pela Universidade Federal de Roraima – UFRR;
- IV - um representante indicado pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária de Roraima - CRMV/RR;
- V - um representante indicado pela Federação de Agricultura do Estado de Roraima - FAERR; e
- VI - um representante indicado pela Associação de Criadores de Gado de Roraima - ACRIGER.

Art. 21. Compete ao Conselho Estadual de Saúde Animal – C.E.S.A.:

- I – deliberar sobre política de defesa sanitária animal no Estado de Roraima;
- II – julgar, em nível de segundo grau, os recursos interpostos pelos infratores contra a imposição de multas aplicadas pelo Departamento de Defesa Agropecuária – DEDAG, da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, após indeferimento de recurso dirigido a esse órgão;
- III - promover, a nível consultivo, o entrosamento operacional e o aperfeiçoamento das relações do Governo do Estado com a sociedade civil, através das entidades e órgãos representativos dos segmentos organizados, onde recaírem as ações da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento; e



GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio Leônidas Melo Campos - Praça do Estado - Centro - Boa Vista - Roraima - Brasil

Telefones: (079) 423-1663 - 423-1214 - 423-1410 - Fax: (079) 423-2410

Correio: 20004-0404 - 28 24



GOVERNO DE RORAIMA
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

IV - estimular a criação e manutenção dos Conselhos Municipais de Saúde Animal - C.O.M.U.S.A., com atribuição de promover, planejar, executar, facilitar e auxiliar na execução das ações de defesa sanitária animal nas comunidades rurais e urbanas, capacitando suas lideranças para atuarem como multiplicadores das ações de sanidade animal, apoiando e subsidiando o Conselho Estadual de Saúde Animal - C.E.S.A.

Art. 22. Os Membros do Conselho Estadual de Defesa Animal não serão remunerados, sob qualquer título, sendo suas funções consideradas serviços relevantes prestados ao Estado.

Art. 23. Sob a coordenação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, os municípios, através dos poderes executivo, legislativo e judiciário, e as entidades de classe que representam os produtores rurais locais, serão criados os Conselhos Municipais de Saúde Animal - C.O.M.U.S.A., com função de apoio e subsídio ao Conselho Estadual de Saúde Animal - C.E.S.A..

Art. 24. O Conselho Estadual de Saúde Animal - C.E.S.A., com composição e competência definidas nos artigos 20 e 21, respectivamente, será nomeado por ato do Governador do Estado para mandato de dois (2) anos, à vista da indicação de suas respectivas entidades, permitida uma recondução.

§ 1º O Secretário de Agricultura, na qualidade de presidente do C.E.S.A., indicará o representante do Executivo, dentre os servidores da autarquia.

2º O presidente do C.E.S.A., em seus impedimentos e ausências eventuais será substituído pelo Coordenador de Defesa Sanitária Animal da SEAAB.

CAPÍTULO VIII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

15. Ficam os servidores do quadro da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, nos termos da presente Lei, credenciados a lavrar o Termo de Infração e a constatação de qualquer ação ou omissão que importe na inobservância dos dispositivos desta Lei, bem como, dos regulamentos e demais medidas diretivas dela decorrentes ao estabelecido nesta Lei e demais normas pertinentes.

16. Sem prejuízo das demais cominações estabelecidas em norma Federal, aos servidores serão aplicadas, isoladas ou cumulativamente, as seguintes sanções:

INÍCIO DO GOVERNADOR

Palácio do Governador - Campos - Praça do Governador - Centro - Boa Vista - Roraima - Brasil - CEP 69.200-000

Telefone: (67) 423 2163 - 423 2172 - 423 2174 - 423 2175 - 423 2176 - 423 2177

... ROS
... sentem

... obro.

... res estarão
... no. mativo
... al de Saúde

... será objeto de
... de Infração e
... AB vinculado aos

... a quaisquer de seus
... ciais que se destinem à

... pui" deste artigo quem,
... se beneficie.

... Centro - Boa Vista - Roraima - Brasil - CEP 69.200-000
2410



GOVERNO DE RORAIMA
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

- I - advertência;
- II - multa de até 500 (quinhentas) Unidades Fiscais do Estado de Roraima (UFERR), na sua falta, a critério do Poder Executivo, outro valor legal correspondente;
- III - proibição do comércio e do trânsito de animais, seus produtos e subprodutos de origem animal;
- IV - apreensão de animais;
- V - apreensão de produtos e subprodutos de origem animal;
- VI - apreensão de veículos;
- VII - despovoamento de animais;
- VIII - abate sanitário;
- IX - sacrifício sanitário;
- X - interdição de estabelecimentos rurais, recintos de eventos agropecuários e outros estabelecimentos onde se registre ou realize aglomeração de animais ou que representem riscos de disseminação de doenças dos animais; e
- XI - cancelamento de registro de pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, as multas serão aplicadas em dobro.

Art. 27. Sem prejuízo das penalidades previstas nesta Lei, os infratores estarão sujeitos a participação em programas de educação sanitária estabelecidos por ato normativo do Secretário Executivo de Agricultura, após deliberação do Conselho Estadual de Saúde Animal - C.E.S.A.

CAPÍTULO IX DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 28. A infração às disposições desta Lei e sua Regulamentação, será objeto de formalização de processo administrativo, que tem como fundamento o Termo de Infração e Multa, constante de uma única peça, lavrada por servidor da SEAAB vinculado aos programas de Defesa Sanitária Animal:

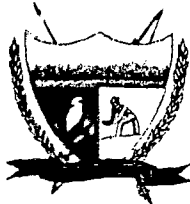
Art. 29. Considera-se infração a esta Lei a inobservância a quaisquer de seus dispositivos e ao seu regulamento, bem como, as normas técnicas especiais que se destinem à proteção da saúde animal, da saúde pública e do meio ambiente.

Parágrafo único. Responde pela infração a que alude o "caput" deste artigo quem, por ação ou omissão, lhe der causa, concorra para sua prática ou dela se beneficie.



GABINETE DO GOVERNADOR

Endereço: Avenida Hélio de Campos, nº 100, Centro Administrativo, Boa Vista - Roraima - Brasil
Tel.: (067) 210.3163/210.3174/210.3175/210.3176 Fax: (067) 210.3141/210.3142
E-mail: gog@roraima.gov.br



GOVERNO DE RORAIMA

"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

CAPÍTULO X DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 30. O autuado terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa, dirigida ao Departamento de Defesa Agropecuária – DEDAG

§ 1º Do indeferimento do Departamento de Defesa Agropecuária – DEDAG caberá, em última instância, recurso para o Conselho Estadual de Saúde Animal – C.E.S.A., no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação.

§ 2º Decorridos 30 (trinta) dias do julgamento final do contencioso administrativo, sem cumprimento da penalidade imposta, os autos serão encaminhados para inscrição em Dívida Ativa do Estado.

§ 3º O infrator ou a quem represente, terá 15 (quinze) dias para o cumprimento da decisão, contados do recebimento da notificação que lhe noticiar o indeferimento do recurso.

§ 4º Quando for declarada interdição da propriedade, os recursos porventura interpostos, serão recebidos sem o efeito suspensivo.

CAPÍTULO XI DAS RECEITAS E SUA APLICAÇÃO

Art. 31. Os recursos pertencentes aos fundos de emergência sanitária ficarão em contas específicas das entidades privadas, representadas pelo setor pecuário no Conselho Estadual de Saúde Animal – C.E.S.A., devendo ser regulamentados e movimentados de acordo com o(s) respectivo(s) programa(s) de prevenção ou erradicação.

Art. 32. Fica instituída a cobrança de taxas e emolumentos pelos serviços relacionados à Defesa Sanitária Animal prestados pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, consoante o disposto do Regulamento desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos provenientes das cobranças de multas, taxas e emolumentos decorrentes da aplicação desta Lei serão recolhidos diretamente em código específico da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, e destinados especificamente ao custeio e investimentos, ao(s) programa(s) de Defesa Sanitária Animal.

Art. 33. Os valores arrecadados por meio de convênios com entidades públicas serão recolhidos através de código específico da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, devendo ser utilizados de acordo com o que foi ajustado entre as partes conveniadas.



GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio Tenente Hélio Campos - Praça do Centro Cívico - Centro - Boa Vista - Roraima - Brasil - CEP 69.301-980
Tels. (095) 623-1663-623-1979/623-1410 - Fax: (095) 623-2410

Leg. 2 - 12.04.24 11:28:24



GOVERNO DE RORAIMA
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

Art. 34. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento poderá, desde que autorizada pelo Governador do Estado, firmar convênios com entidades privadas, estipulando nos mesmos a fixação dos objetivos, finalidades, forma de arrecadação e gerenciamento das receitas, inclusive a responsabilidade pela movimentação dos respectivos numerários, que deverá ser atribuída às próprias entidades conveniadas.

CAPÍTULO XII **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 35. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 36. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 37. Fica revogada a Lei nº 313, de 19 de dezembro de 2001.

Palácio Senador Helio Campos - RR, 04 de Maio de 2004.


FRANCISCO FLAMARION PORTELA
Governador do Estado de Roraima